

82

ARTIGO

SOCIEDADE
SAMBAQUIEIRA,
COMUNIDADES
MARÍTIMAS

Flávio Rizzi Calippo
Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí (CCN/UFPI)
calippo@ufpi.edu.br

RESUMO

Por quase 8.000 anos os povos dos sambaquis distribuíram-se ao longo de uma extensa área litorânea, dominando grande parte das regiões costeiras e dos diversos ambientes aquáticos que caracterizavam essa região. Buscando contribuir para o estabelecimento de novas abordagens para o estudo dessa sociedade, o presente artigo propõe uma série de reflexões focadas na Antropologia e na Arqueologia marítima. Com isso, mais do que estabelecer novas interpretações a respeito desses povos, procurou-se caminhar no sentido da construção de uma abordagem teórica através da qual os sambaquieiros possam ser também compreendidos com base nas particularidades das “gentes do mar”.

PALAVRAS CHAVA_Sambaqui, Arqueologia marítima

ABSTRACT

For nearly 8,000 years the people of the Brazilian shell mounds are distributed over an extensive coastal area, dominating much of the coastal regions and the various aquatic environments that characterize this region. Seeking to establish new approaches to the study of this society, this paper proposes a series of discussions focused on and Maritime Archaeology and Anthropology. Thus, rather than establish new interpretations about these people, we tried to walk towards the construction of a theoretical framework through which people of the sambaquis can also be understood based on the specifics of the “people of the sea.”

KEY-WORDS_Shellmound, Maritime Archaeology

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas as pesquisas em sambaquis atravessaram um período de intensas inovações teóricas e metodológicas que revolucionaram a maneira como os sítios e os povos dos sambaquis vinham sendo compreendidos. De simples acúmulos de restos de comida, os sambaquis passaram a ser entendidos também como estruturas verdadeiramente construídas, imbuídas de intencionalidade, de monumentalidade e de um forte significado simbólico, cujos construtores organizavam-se em sociedades que, segundo De Blasis *et al.* (2007), encontravam-se em um processo de complexificação social.

Com o intuito de contribuir com a consolidação dessa compreensão a respeito dos povos sambaqueiros, propõe-se neste artigo a construção de uma abordagem teórica fundamentada na Arqueologia e na Antropologia marítima, onde os ambientes aquáticos deixariam de ser simplesmente compreendidos como um local de captação de recursos e vias de circulação para passarem a ser entendidos também como parte de um espaço socialmente percebido e incorporado às suas práticas sociais econômicas e simbólicas (CALIPPO, 2004). Espaço em que os povos dos sambaquis teriam aprendido, produzido, acumulado e transmitido conhecimentos desenvolvidos com base na transformação de seu meio e em sua própria modificação a partir de uma relação dialética com a natureza.

OS SAMBAQUIS SOB O PONTO DE VISTA DA ARQUEOLOGIA MARÍTIMA

O primeiro passo no sentido de se propor que a sociedade sambaqueira possa ser concebida também como uma sociedade marítima foi estabelecer uma proposta teórica e metodológica que fosse capaz de levar em consideração tanto as especificidades

dos ambientes aquáticos como a dos ambientes terrestres. Isso porque, mesmo entendendo que os povos dos sambaquis desenvolviam práticas sócio-culturais diferenciadas em consequência do distinto valor social, econômico ou simbólico que, segundo Geistdoerfer (1989, p. 7 *apud* DIEGUES, 1998, p. 57), as sociedades marítimas dão ao mar ou a seus recursos, no caso dos sambaqueiros, parte dessas práticas também envolve ambientes ou estão associadas a um universo que não está, necessariamente, ligado ao mar.

Assim, a construção dessa abordagem teve início a partir do estabelecimento de um arcabouço teórico que se fundamenta em uma Arqueologia marítima preocupada em identificar e compreender quais os comportamentos e elementos materiais do modo de vida sambaqueiro se encontram associados ao universo marítimo dos povos dos sambaquis.

Essa compreensão dos sambaqueiros como uma sociedade marítima, cujo universo extrapola os limites do ambiente marinho, encontra similaridades na proposta de Adams (2002), para quem a Arqueologia marítima é o estudo da interação humana e das manifestações materiais de culturas marítimas com os diversos tipos de ambientes aquáticos.

The study of human interaction with the sea, lakes, and rivers through the archaeological study of material manifestations of maritime culture, including vessels, shore-side facilities, cargoes, and even human remains (DELGADO, 1998, p. 259).

Embora a compreensão de Adams (*op. cit.*) constitua-se como uma proposição ainda pouco explorada pela própria Arqueologia marítima, ela é aqui adotada e desenvolvida pois suscita novas possibilidades para

a construção de uma interpretação a respeito de um modo de vida cujas práticas sociais, culturais ou simbólicas possam estar associadas tanto ao mar quanto a terra.

Do ponto de vista teórico, tal proposta pode ser entendida como uma continuidade da Arqueologia marítima criada por Keith Muckelroy que, no final dos anos de 1970, procurando superar a visão histórico-culturalista então predominante na Arqueologia praticada no mar, propôs que os arqueólogos começassem a estabelecer como principal objetivo o homem e não mais os artefatos (navios, cargas, etc.) perdidos no mar. Muckelroy enfatizava que, nesse processo, também fosse levado em consideração tudo aquilo que está conectado com a vida no mar e não somente os restos dos navios e dos barcos que nele se encontram.

Above all, it should be noted that the primary object of study is man [...] and not the ships, cargoes, fittings, or instruments with which the researcher is immediately confronted (MUCKELROY, 1978, p. 03)

Com base na Arqueologia marítima desenvolvida por Muckelroy – na época definida como sendo “o estudo científico dos vestígios materiais do homem e de suas atividades do mar” (MUCKELROY, 1978, p. 05), Adams (2002) sugere uma abordagem mais abrangente, a qual, ao mesmo tempo em que supera a “compreensão da pesca e da faina do mar como uma sub-cultura distinta” (HASSLÖF, 1972, p. 15-17), permite que tanto as evidências marítimas (apontadas por Muckelroy), como as terrestres sejam utilizadas para entender o universo marítimo e as relações que os povos estabeleciam com o mar.

Nesse sentido, a proposta de Adams se alinha com uma nova corrente da Arqueologia Marítima que, segundo Duran (2008,

p. 92), busca o rompimento com as limitações geográficas do mundo submarino (como impostas por Muckelroy, *op. cit.*), com o foco específico nos sítios de naufrágios (como sugerido por este e desenvolvido por Gibbins, 1990), e a inclusão dos elementos terrestres associados, de uma maneira ou de outra, ao universo marítimo. Assim, os sítios abordados pela Arqueologia marítima se encontrariam tanto em terra como no mar, e, mais do que o ambiente onde ocorrem (ou da maneira que devemos utilizar para acessá-los), o que mais importa são as compreensões dos processos e as correlações com o universo marítimo que estão preservadas em seu interior (FONTE-NOY, 1998).

Sites pertinent to the sub discipline of maritime archaeology exist both on land and underwater [...] Maritime archaeologists need to appreciate that it is the subject matter of sites that is distinctive, not that diving is necessary to reach them. (FONTE-NOY, 1998: 47, 49).

Sob esse ponto de vista, os desdobramentos de uma cultura marítima não terminariam exatamente no último resquício de água salgada que banha a praia ou a linha de costa de diferentes ilhas e continentes. Ela estenderia sua influência terra adentro, englobando também equipamentos, estruturas produtivas, religiosas e mesmo cidades inteiras (DURAN, *op. cit.*, p. 92).

[...] those 'related objects on the shore' and 'coastal communities' explicitly ruled out by Keith Muckelroy would just as explicitly be ruled in today. Indeed, it is through them that coastal and sea-born maritime concerns articulate with society at large. Today, then, maritime archaeology is the study of material (ADAMS, 2002: 328).

Além das questões inerentes aos limites

entre terra e mar, existem ainda duas outras que devem ser levadas em consideração antes que possamos estabelecer uma compreensão marítima dos sambaquieiros, as quais estão ligadas, principalmente, aos significados dos conceitos marítimos e marinhos.

A primeira diz respeito aos ambientes associados ao universo marítimo sambaquieiro. No que tange a proposta de Arqueologia marítima aqui desenvolvida, devem compor o universo marítimo dos povos dos sambaquis não só os ambientes oceânicos e marinhos, mas, também, todos aqueles ambientes aquáticos associados à região costeira. Deste modo, são também concernidos como intrínsecos ao universo marítimo todos os ambientes percebidos e, culturalmente, apropriados pelos povos dos sambaquis, independentemente de quão próximos ao mar aberto eles se encontrem.

Tal compreensão é aqui adotada, pois, embora os ambientes possam ser realmente diferenciados e classificados em consequência da influência da água marinha, a subdivisão desses ambientes (como oceânicos, marinhos, estuarinos, lacustres, fluviais, lagoas, lagoas, mangues, marismas, etc) está fundamentada em parâmetros ecológicos, científicos e culturais, estabelecidos por nossa sociedade a partir de um ponto de vista científico ocidental moderno.

Apesar de acreditarmos que uma diferenciação entre esses ambientes fosse estabelecida pelos sambaquieiros, é pouco provável que ela tenha sido percebida a partir da identificação de diferentes parâmetros físicos e químicos (como acontece atualmente). O mais provável é que um “mapeamento” desse espaço tenha sido desenvolvido com base na importância econômica, social, cultural e simbólica de seus elementos para a sociedade sambaquieira.

Nesse sentido, para a adoção de uma perspectiva marítima é preciso antes, se-

gundo Bava de Camargo (2006), compreender que a Arqueologia marítima constitui uma disciplina (ou subdisciplina) voltada para o estudo da relação do ser humano com os cursos d’água, estando aí abrangidos os aspectos materiais e simbólicos dessa relação, expressa tanto em jazidas submersas, emersas ou na interface desses ambientes.

Sob tal ponto de vista, tem-se na Arqueologia marítima uma forma de investigação mais abrangente do que em outros ramos “úmidos”, a saber, a Arqueologia náutica e a Arqueologia subaquática. A primeira focada na tecnologia naval do material flutuante antigo e a segunda direcionada para os vestígios depositados em ambientes aquáticos. Apesar do termo marítimo ter uma relação direta com mar, hoje se engloba nele, também, a análise dos vestígios presentes nas águas interiores.

Embora aqui se acredite que os sambaquieiros pudessem constituir suas próprias concepções a respeito desses diferentes compartimentos “molhados” e, também, das diversas regiões emersas, é importante ressaltar que a atual subdivisão dessas áreas (em marinhos, oceânicos, lacustres, estuarinos, etc) e os “preconceitos” interpretativos que se criam em relação a elas, são, de certo modo, influenciados pela maneira como nós, arqueólogos, compreendemos os ambientes aquáticos.

Segundo Blot (1999) e Read (1996 *apud* RAMBELLI, 2003), em sua maioria, essas compreensões devem ser reflexo da influência de como nossa sociedade concebe culturalmente o mar. Concepção essa que não se restringe somente às questões brasileiras, pois a separação entre marítimos e continentais perpetua-se devido ao fato de que *“nas sociedades ocidentais, o mar permanece ainda como um espaço mal conhecido, perigoso, fora da cultura terrestre, fora*

da lei que impera no continente” (DIEGUES, 1998, p.58). Nesse processo, pode-se identificar uma espécie de “resistência” em se voltar olhares para o mar e, principalmente, para o fundo do mar, pois “*a região submarina se torna, dessa forma, símbolo do inconsciente*” (DIEGUES, 2000, p.159; RAMBELLI, 2003, p.12).

A segunda dessas questões inerentes aos limites entre terra e mar, diz respeito aos contextos que historicamente vem sendo associados à Arqueologia marítima. Pois, embora esta sub-disciplina da Arqueologia, por vezes, se confronta com vestígios arqueológicos pré-históricos ou com sociedades menos complexas, ela sempre esteve, mesmo antes de Muckelroy (1972), predominantemente vinculada a problemáticas históricas, econômicas e políticas de sociedades clássicas e modernas.

No âmbito deste artigo, entretanto, procura-se estabelecer uma abordagem Arqueológica marítima que caminha justamente na direção contrária, procurando fundamentar-se mais em questões de cunho antropológico, sociológico e etnográfico do que nos processos e valores mercantis e capitalistas que permeiam as sociedades históricas modernas. Desta maneira, ao invés de adotarmos uma perspectiva focada na eficiência da captação dos recursos ou na utilização prática dos ambientes aquáticos, o que procuramos investigar, com base na análise dos vestígios arqueológicos, é a possibilidade dos povos dos sambaquis terem atribuído significados a esses ambientes e a seus elementos (fauna, flora, paisagens, etc). Pois, como apontado por Diegues (2003):

[...] somente para uma ciência reducionista o oceano é uma realidade somente material, des-povoada de seres humanos e seus símbolos. Essa concepção totalizante ainda subsiste entre as

populações marítimas que mantêm um estreito contato com o mar e dele retiram sua subsistência. Essas populações humanas têm uma percepção complexa do meio marinho e seus fenômenos naturais. De um lado há um vasto conhecimento empírico adquirido pela observação continuada dos fenômenos físicos e biológicos (e.g. ventos, marés, reprodução dos cardumes de peixes)... De outro lado as explicações para tais fenômenos também passam pela representação simbólica e pelo imaginário dos povos do mar (DIEGUES, 2003, p.3).

Assim, mais do que considerá-las como simples áreas de captação de recursos, onde os ambientes marinhos teriam sido explorados sobre a perspectiva da máxima eficiência e do mínimo gasto de energia (intrínseca a uma ótica capitalista), eles são aqui compreendidos como um espaço culturalmente percebido e apropriado pelos povos dos sambaquis. Um universo em que nem sempre as escolhas são lógicas e práticas, mas, sim, tomadas a partir de aspectos culturais.

Com base nesse entendimento, acreditamos ser possível estabelecer uma compreensão da Arqueologia marítima que, ao mesmo tempo, extrapola as fronteiras do ambiente marinho e permite o desenvolvimento de uma proposta analítica e interpretativa a respeito da maritimidade dos povos dos sambaquis, ainda mais quando levamos em consideração a importância do estabelecimento de um contexto histórico (pré-histórico, pré-colonial, pescador-coletor, etc) específico à complexidade e à natureza das sociedades em questão. Nesse sentido, o entendimento do universo marítimo dos povos dos sambaquis passa a se focar tanto na interpretação dos significados e dos valores que podemos atribuir a determinada cultura ou nível de organização social, como em nossa compreensão (marítima) dos modos

através do quais as sociedades sambaquieiras e os indivíduos podem perceber, compreender e se apropriar do ambiente.

Sob esse ponto de vista, objetivamos que a perspectiva de uma cultura sambaqueira passe a ser entendida também a partir de uma visão antropológica, *relacionada a grupos étnicos* (BEATTIE, 1977; ROUSE, 1968 apud TENÓRIO, 2003), através da qual *a cultura material pode expressar significados traduzidos pelo arqueólogo* (SHANKS e HODDER, 1995, p. 17 apud TENÓRIO, op. cit.).

O UNIVERSO MARÍTIMO DOS POVOS DOS SAMBAQUIS

Tendo como referencial uma abordagem arqueológica marítima pela qual os ambientes marinhos, lacustres e terrestres constituem um espaço culturalmente percebido e assimilado pelo sistema sócio cultural dos povos dos sambaquis, procurou-se também estabelecer correlações entre as evidências materiais preservadas no registro arqueológico e o universo marítimo dos povos dos sambaquis. Para isso, propõe-se aqui uma compreensão inicial do universo marítimo dos sambaquieiros a partir de um ponto de vista propiciado pela Antropologia marítima. Elaborado principalmente a partir dos estudos realizados por Diegues (1998) e Malinowski (1986) [1922], tal enfoque foi estabelecido com o objetivo de propor um referencial através do qual poderíamos entender os povos dos sambaquis com base em suas relações com o ambiente marinho.

Antes de avançarmos nessa direção é importante ressaltar que a preocupação em apontar a possibilidade de uma perspectiva teórica complementar para o estudo dos sambaquieiros não foi estabelecida, exclusivamente, em consequência da escolha de um ponto de vista marítimo. Desde os primeiros trabalhos publicados a respeito de

sociedades que hoje são entendidas, no âmbito da Antropologia marítima, como sociedades marítimas, tornou-se claro que existem certos comportamentos sociais e culturais que não poderiam ser simplesmente concebidos a partir da aplicação de conceitos próprios das sociedades cujo modo de vida está diretamente relacionado ao universo terrestre.

Um exemplo dessa compreensão específica para as sociedades marítimas pode ser encontrado já na clássica monografia de Malinowski (*op. cit.*), “Os Argonautas do Pacífico”, onde, segundo Diegues (*op. cit.*, p. 60), sob um ponto de vista funcionalista, o autor analisava as funções das crenças religiosas, dos mitos e da magia para a sociedade dos insulares tobriandesas, a partir do *kula* (troca ritual de bens) realizado no âmbito da navegação entre as ilhas da Polinésia.

Neste estudo, que contribuiu decisivamente para a consolidação da Antropologia como um novo campo do conhecimento humano, Malinowski criticava os antropólogos evolucionistas que viam na pesca um estágio civilizatório anterior à agricultura e a sedentarização (DIEGUES, *op. cit.*, p. 55 e 56). Apesar de ser relativo aos estágios iniciais da Etnologia, esse estudo já apontava o surgimento de uma preocupação em relação às particularidades das sociedades marítimas e do meio em que vivem.

Mesmo tendo passado quase um século, essa preocupação (aqui também norteadora da construção de uma compreensão marítima a respeito das sociedades sambaquieiras) continua sendo reforçada no âmbito dos estudos de Antropologia marítima. Fato que evidencia ainda mais a importância de tal singularidade das culturas marítimas. Como pode ser observado em Diegues (*op. cit.*), além de assumirem a existência real de uma particularização das sociedades

marítimas, os antropólogos defendem que para um entendimento mais específico dessas sociedades faz-se necessária, também, uma reavaliação das próprias compreensões e conceitos desenvolvidos no meio científico.

[...] os conceitos utilizados até hoje para se analisar as sociedades camponesas, como a função da família na reprodução social, o salário e a propriedade, dificilmente se aplicariam à realidade social marítima e às práticas da gente do mar. No entanto, afastando-se o perigo do determinismo geográfico, Geistdoerfer (1989) afirma que os homens do mar souberam colocar em prática sistemas sociais, econômicos e religiosos destinados a ocupar, explorar, gerir e imaginar o mar e os seus recursos (DIEGUES, 1998, p. 57).

Ainda em relação à questão da particularização do meio marítimo, Diegues propõe que além do surgimento de sistemas sociais diferenciados aos das comunidades que não vivem o ambiente marítimo, tais sistemas atribuem às características naturais do oceano uma dimensão antropológica.

As práticas socioculturais da gente do mar [...] são marcadas, de maneira original, por essas “propriedades naturais” do mar, socializadas pela aplicação dos diferentes sistemas. Mas, segundo o valor social, econômico ou simbólico que as comunidades dão ao mar e aos seus recursos, o conjunto de práticas sócio-culturais dessas comunidades pode ser marcado de forma diferenciada (GEISTDOERFER, 1989, p.7).

Embora esse particularismo social e cultural tenha sido identificado a partir do estudo de sociedades modernas, ele é aqui adotado para o estudo das sociedades sambaqueiras porque diversos elementos da cultura material (como, por exemplo, zoólitos, adornos, acompanhamentos funerários

e outros) desses povos evidenciam que as propriedades naturais do mar também atingiram, entre os sambaqueiros, tal dimensão antropológica.

Um exemplo desses valores simbólicos em relação ao mar pode ser percebido na diferenciação de status social que, segundo Pinheiro e Peixoto (2003, p. 177), era dada a homens e mulheres em enterramentos de alguns sambaquis do Rio de Janeiro. Onde, em geral, são encontrados ossos de baleia como acompanhamento funerário masculino e evidências de tubarões acompanhando os corpos femininos.

Ainda que não possamos apontar um significado específico para tal associação com tubarões e baleias, as associações desses ossos de animais marinhos a contextos mortuários indicam, assim como ocorre com os zoólitos, a existência de uma relação simbólica com o mar e com os seres que nele habitam.

Para Tenório (2003), essa associação não se restringe somente aos artefatos, mas, também, a todos os outros elementos de ordem faunística que compõe o próprio sambaqui. Fundamentada em Lévi-Strauss (1962), para quem *membros de sociedades não-estratificadas são conduzidos pelo impulso de classificar, exaustivamente, os elementos do ambiente explorado para garantir a sua sobrevivência, o que fornece a cada elemento um lugar em sua cosmologia* (LUBY e GRUBER, 1999, p. 102 *apud* TENÓRIO 2003, p. 53); a autora sugere que muitos grupos caçadores coletores estariam conectados com o reino sagrado em seu ambiente explorado. Nesse contexto, *segundo uma abordagem estruturalista, os “shellmounds” deveriam ter significado simbólico envolvido por ampla cosmologia; o conteúdo simbólico desse centro doméstico, com certeza, estaria imbuído pelo lado sagrado do alimento* (LUBY e GRUBER, *op. cit.*, p. 102 *apud* TENÓRIO, *id ibidem*).

De certo modo, essa associação encontra apoio em Diegues (1998), o qual defende que dentre os vários aspectos componentes do particularismo da gente do mar sobressaem os aspectos simbólicos, mágicos e rituais dos quais se reveste, em muitas culturas marítimas, a relação homem/mar. Aspectos que, segundo ele, variam de cultura para cultura:

Enquanto nos países ocidentais, o oceano constituiu um objeto de medo e terror, em algumas sociedades do sul do Pacífico o espaço marítimo é o locus da vida, um ser vivo com o qual é preciso se conciliar antes de nele se adentrar. As sociedades marítimas do Pacífico, mais do que outras, desenvolveram mitos e ritos relativos ao mar e aos seres vivos que nele habitam (DIEGUES, 1998, p.58).

De um lado, há rituais de acesso ao mar e de outro, os de acesso aos recursos que nele existem. Na polinésia, por exemplo, o mar está na origem das ilhas e das sociedades. Cada lugar no oceano, cada ilha, é marcada pelo aparecimento ou moradia de ancestrais míticos (GEISTDOERFER, 1989 apud DIEGUES, 1998, p.58).

No entanto, para Diegues (*op. cit.*), essa relação com o mar não é, porém, algo dado, imutável, mas uma inter-relação que se constrói historicamente. Em geral, as comunidades marítimas constituem-se pela prática da gente do mar num ambiente natural marcado pelo risco, pelo perigo e pela instabilidade, e dadas essas incertezas cria-se, entre as sociedades de pescadores, um certo apego à vida no mar, dificultando, muitas vezes, sua inserção em terra.

No âmbito da Antropologia marítima, a configuração dessa dimensão antropológica do mar e de seus recursos e, também, a compreensão de que os aspectos inerentes a ela variam de cultura para cultura, são as

questões mais prementes para este trabalho. Porém, de maneira alguma se procura atribuir significados específicos às relações da cultura material e dos povos sambaquieiros com o mar, mas, sim, visa-se à oportunidade de investigar e discutir se prováveis diferenças e semelhanças nas relações identificadas entre os diversos contextos arqueológicos poderiam ser interpretadas como consequência da existência de diferentes ou semelhantes valores sociais, econômicos e simbólicos que os sambaquieiros atribuiriam ao mar e a seus recursos. Suscitando, nesse sentido, uma discussão a respeito da possibilidade do estabelecimento de diferentes conjuntos (ou comunidades sambaquieiras) ao longo do atual litoral brasileiro.

No que tange às características que poderiam permitir a constituição de diferentes sociedades, Diegues (*op. cit.*) indica os seguintes exemplos:

*[...] a valorização positiva ou negativa do mar, o modo de organização econômica e social, o lugar reservado às atividades pesqueiras na economia, o modo de integração das comunidades litorâneas na sociedade mais ampla e o caráter simbólico das relações com o mar (DIEGUES, *op. cit.*, p. 55).*

Tomando por base o modelo funcionalista, Malinowski (1922), enfatizando os aspectos psicológicos do comportamento social, afirmava que os povos “primitivos” tinham um comportamento racional, baseado num grande conhecimento empírico do mundo em que viviam. Estudando a religião, o pensamento mágico, os mitos e os ritos, o autor propôs que a magia floresce quando o homem não pode controlar o imprevisível por meio de seu conhecimento. Uma idéia que surgiu a partir da constatação de que, nas lagunas tranquilas, os to-

briandeses não usavam os ritos mágicos que antecediam a pesca, como faziam em mar aberto, onde estavam sujeitos a perigos e incertezas (DIEGUES, *op. cit.*).

Assim, independente do significado e das relações atribuídos por Malinowski a esses diferentes tipos de pesca, o que interessa para o estudo dos sambaquieiros é a constatação de que podem existir entre as sociedades marítimas diferentes tipos de pesca e a cada um desses tipos podem ser atribuídos valores sociais, econômicos e simbólicos diferenciados.

Embora uma analogia direta entre os tobriandeses e os sambaquieiros não seja possível, afinal os tobriandeses e as outras diversas sociedades da costa das ilhas periféricas da Nova Guiné não podem ser simplesmente considerados como povos pescadores coletores, pois praticavam agricultura e o *kula* (um tipo de “comércio primitivo”) entre as ilhas, as sociedades da melanésia são aqui utilizadas como exemplos, por meio dos quais podemos estabelecer novas hipóteses a respeito do que viria a ser o universo marítimo dos povos sambaquieiros.

Um referencial a partir do qual a cultura material sambaquieira pode ser repensada e interpretada com base em exemplos, relações e valores que não se encontram, necessariamente, associados a uma visão capitalista; onde a obtenção dos recursos e a organização social dos povos pescadores coletores são simplesmente um resultado direto da máxima eficiência da coleta e do menor gasto de energia. Para essas sociedades da melanésia (assim como pode ter acontecido entre os sambaquieiros), a coleta, a pesca e a produção de alimentos não estavam exclusivamente vinculadas a uma perspectiva de produção de excedentes, acúmulo e comercialização lucrativa, mas, sim, ligados a um contexto de trocas, ine-

rente ao seu sistema de crenças e valores.

No que tange aos valores econômicos, uma das primeiras contribuições do estudo dos tobriandeses diz respeito à voraz crítica tecida por Malinowski (1986, p. 56) em relação à noção da existência de um homem econômico primitivo: *uma espécie de homem primitivo ou selvagem imaginário, movido em todas as suas ações por uma concepção racionalista do interesse pessoal, atingindo seus objetivos de maneira direta e com os mínimos esforços*. Para ele,

[...] o nativo de Trobriand trabalha movido por razões de natureza social e tradicional altamente complexas; seus objetivos certamente não se referem ao simples atendimento de necessidades imediatas nem a propósitos utilitaristas. Muito pelo contrário, em sua realização são despendidas grandes parcelas de tempo e energia que, do ponto de vista utilitário, são extremamente desnecessárias (MALINOWSKI, op. cit, p. 56).

[...] a magia também impõe à tribo muito trabalho extra e estabelece regras e tabus que são aparentemente desnecessários e difíceis. No fim das contas, porém, não resta dúvida de que, por sua influência no sentido de ordenar, sistematizar e regular o trabalho, a magia constitui elemento de inestimável valor econômico para os nativos (MALINOWSKI, op. cit, p. 56).

Segundo esse autor, o trabalho e o esforço não constituem apenas meios para atingir certos fins, mas sob certo ponto de vista, são um fim em si mesmo. Nas ilhas *Trobriand*, por exemplo, o prestígio de um bom agricultor é diretamente proporcional à sua capacidade de trabalho e à quantidade de terra que consegue lavar.

Se ficarmos na ilusão de que o nativo é o filho folgado e preguiçoso da natureza, que evita na medida do possível qualquer trabalho ou que não faz outra coisa se não esperar que frutas

maduras lhe caíam na boca, de modo algum poderemos compreender seus propósitos e os motivos que os levam a executar o kula ou qualquer outro tipo de empreendimento. Muito pelo contrário: a verdade é que o nativo pode trabalhar e, em dadas circunstâncias, realmente trabalha bastante. Com objetivos bem definidos e de maneira sistemática e persistente. Tão pouco fica ele à espera que suas necessidades imediatas lhe forcem ao trabalho.

Na lavoura, por exemplo, os nativos produzem muito mais do que realmente necessitam e, em média, no decorrer de um ano normal, chegam a colher o dobro do que precisam para alimentar-se. Nos dias atuais, esse excedente de alimentos é exportado por europeus para o consumo de trabalhadores agrícolas de outras regiões da Nova Guiné. Antigamente, simplesmente apodrecia (MALINOWSKI, op. cit, p. 54-55).

Além do mais, os nativos conseguem esse excedente por meio de um trabalho muito maior do que o estritamente necessário à obtenção de uma boa colheita. [...]. O elemento não utilitário do seu trabalho agrícola torna-se ainda mais evidente se analisarmos as diversas tarefas a que eles se dedicam com fins exclusivamente ornamentais, em conexão com cerimônias de magia e em obediência aos costumes da tribo (MALINOWSKI, op. cit, p. 55).

Nesse sentido, apesar de também realizarem a agricultura e produzirem excedentes, os trobriandeses não possuíam, pelo menos no mar, uma propriedade real sobre os meios naturais de produção. Condição que, para Bate (1989, p. 19), constitui, sob um ponto de vista focado no materialismo histórico, uma das principais características das comunidades primitivas de caçadores recolectores. Embora estejamos tratando, neste momento, de grupos com diferentes status, seria interessante avançar nesta discussão, pois ela reforça ainda mais as singularida-

des das sociedades marítimas¹ e nos faz refletir sobre a possibilidade, sugerida por De Blasis *et. al.* (2007, p. 33), de começarmos a investigar e considerar os sambaquieiros como caçadores coletores complexos.

Lo distintivo de la misma [comunidade de coletores], encuancto a los contenidos de la propiedad, es que ésta se establece sobre la fuerza de trabajo y los instrumentos de producción. No se há establecido la propiedad real sobre los medios naturales de producción. La apropiación de medios naturales es resultado del trabajo y no una condición necesaria para La produccion (BATE, 1989, p. 19).

No que se refere à organização social, talvez, possamos sugerir uma série de paralelos com os povos dos sambaquis. Segundo Malinowski (op. cit., p. 63), embora todos os aspectos da vida dos nativos (magia, religião e economia) estivessem inter-relacionados, era a organização social que fundamentava a todos. Os povos das ilhas *Trobriand* formavam uma unidade cultural e lingüística, tinham as mesmas instituições, obedeciam às mesmas leis e regulamentos, estavam sob a influência das mesmas crenças e convenções.

Os distritos em que se subdividem o território *Trobriand* distinguem-se entre si somente do ponto de vista político e não do ponto de vista cultural. Embora possuam o mesmo tipo de nativo, cada um deles reconhece o seu próprio chefe e defende seus próprios interesses e objetivos e, em caso de guerra, cada um se empenha em sua própria luta.

1 - O fato dos trobriandeses estabelecerem, nas ilhas, territórios e propriedade sobre os meios naturais e, não se preocuparem em se apropriar, no mar, de tais meios, é, por si só, uma condição que reforça a singularidade das comunidades marítimas, entre as quais, talvez, seja necessário repensar, inclusive, a própria maneira como, tradicionalmente, categorizamos as sociedades em simples e complexas.

As diversas comunidades existentes em de cada distrito são independentes umas das outras. Cada aldeia tem um líder que a representa, seus membros organizam trabalhos em conjunto, suas próprias festas e cerimônias, pranteiam seus mortos em comum e realizam, em memória deles, uma série interminável de distribuições de alimentos. Em todos os assuntos importantes da tribo ou do distrito os membros de cada comunidade se mantêm unidos e atuam como um grupo independente dos demais.

Interpondo-se através das divisões políticas e territoriais há também a divisão em clãs totêmicos, cada um deles com uma série de totens relacionados. Os membros desses clãs estão espalhados por toda a tribo e, em cada comunidade, podem ser encontrados representantes de todo eles. Existe certa solidariedade entre os membros do mesmo clã, baseada num sentimento muito vago de afinidade comunal com os animais totêmicos, que se manifesta, principalmente, nos diversos deveres sociais, como a execução de determinadas cerimônias, especialmente as funerárias, que mantêm unidos os membros do mesmo clã.

Nessa questão, creio que o estudo dos sambaqueiros também possa ir buscar elementos de reflexão na organização social dos trobriandeses e nos tipos de símbolos e significados que desenvolveram. Embora não tenhamos aqui a pretensão de afirmar que os sambaqueiros articulavam-se a partir de clãs totêmicos, não podemos negar que existe uma série de significados e simbolismos implícitos nos zoólitos, nos acompanhamentos funerários e, também, nas singularidades regionais que acabam por compor a sociedade sambaqueira.

Analisando, por exemplo, os sambaquis da região da paleolaguna de Santa Marta, localizada na porção do litoral do estado de Santa Catarina, De Blasis et. al. (*op. cit.*, p.48)

aponta uma série de evidências que sugerem o estabelecimento de práticas sociais que muito se assemelham aos tipos de práticas desenvolvidas pelos tobriandeses. Além da presença de restos de madeira provenientes de áreas de restinga aberta e Mata Atlântica (as quais indicariam que o território dos sambaqueiros incluiria também áreas terrestres), ocorrem diversos restos vegetais que parecem apontar para o surgimento de atividades relacionadas à horticultura e para uma possível sedentarização dessas sociedades.

Em relação ao estabelecimento de territórios, os autores acreditam que não existe uma individualização para grupos de sítios e, sim, uma superposição de territórios que aponta uma clara interação e articulação dessas comunidades no entorno da laguna, centro do universo econômico e social sambaqueiro. Nesse sentido, cada agrupamento de sítios constituiria um foco *nuclear-social, não apenas geográfico, de ocupação e adensamento geográfico, marcos territoriais, referências locacionais e de identidade para comunidades sambaqueiras no entorno da laguna.*

Esta configuração circum-lagunar, juntamente com a cronologia disponíveis que atesta a longa duração destes sambaquis, aponta para a existência de comunidades sedentárias que, com o tempo, foram crescendo e se desenvolvendo no entorno da laguna, espaço e domínio comum e epicentro da vida (e da morte) sambaqueira (DE BLASIS et. al, op. cit, p. 48).

Os autores reiteram, ainda, o aspecto sagrado desses sítios, o qual acreditam representar um vínculo essencial entre a sociedade sambaqueira e seus antepassados e territórios, apontado pelo modo intencional, recorrente e incremental com que esses sítios foram construídos ao longo de extensos

períodos. Sacralidade essa manifestada através de *cerimônias funerárias fortemente ritualizadas que constituíam referências de profundo significado simbólico para seus construtores, onde também perpetua-se uma visão de mundo própria da cultura sambaquieira* (DE BLASIS *et. al, op. cit, p. 48*).

Para eles, a onipresença dos sambaquis aponta o *caráter domesticado da paisagem lagunar, onde a presença diuturna dos mortos e suas conexões cosmológicas imiscuem-se na vida cotidiana da sociedade sambaquieira*. De certo modo, essa presença é representada pelos zoólitos. Esculturas com forma animal, esculpidas segundo regras estilísticas rígidas e que se constituem como parafernália de uso ritual relacionado a animais e entidades mitológicas específicas – parte essencial de uma estrutura ideológica religiosa de expansão macro-regional entre as sociedades sambaquieiras do litoral. Artefatos que, por serem ocasionalmente encontrados em associação a sepultamentos específicos, sugerem algum tipo de diferenciação social (DE BLASIS *et. al, op. cit, p. 49-50*).

Segundo Lima e Mazz (1977, p. 43), essas esculturas parecem ter sido destinadas à produção de estímulos sensoriais e emocionais. *Fuertemente simbólicas, cargadas de um significado difícilmente alcanzable, fueron realmente elementos de comunicación ritual*. A rusticidade dos objetos de uso cotidiano frente ao esmero na fabricação dos zoólitos vincula, segundo esses autores, o domínio da arte ao uso ritual.

Além desse forte apelo simbólico atribuído aos zoólitos, existe outra questão em relação a eles que também encontra similaridades entre as sociedades tobriandesas. Questão essa que está ligada ao fato de existir um grande número de zoólitos representando animais exclusivamente marinhos: mamíferos marinhos, tubarões, peixes e ou-

tros. Embora não existam evidências de que os zoólitos estejam relacionados ao estabelecimento dos clãs totêmicos entre os sambaquieiros, essa ocorrência reforça a hipótese de que os povos dos sambaquis poderiam compor uma sociedade formada por diferentes comunidades fluviais, lagunares e marítimas (umas mais marítimas do que outras), articuladas e integradas a partir de crenças e convenções comuns. Algumas, inclusive, intimamente ligadas ao universo marítimo.

SOCIEDADE SAMBAQUIEIRA, COMUNIDADES MARÍTIMAS

Embora a emergência de uma complexidade social entre os sambaquieiros seja um tema ainda controverso, tanto no Brasil, como no contexto norte americano (Lima, 1999/2000), mais freqüentemente se tem aceito *que grupos caçadores-coletores não podem mais ser genericamente rotulados de “bandos igualitários”, de maneira especial, os que teriam habitado ambientes ricos e complexos* (TENÓRIO, 2003, p. 50).

Tal perda de prestígio científico deve-se, principalmente, ao desenvolvimento, nas últimas décadas, de diversos modelos de mobilidade e de organização social que foram elaboradas com base em estudos etnográficos de populações pescadoras não horticulturas; cuja principal crítica é a utilização de parâmetros intrínsecos a grupos caçadores e horticultores, desconsiderando o aspecto pescador. Uma aproximação equivocada, já que a atividade da pesca pode implicar em um padrão de mobilidade e um contato social completamente diferentes daqueles encontrados ou estabelecidos para caçadores-coletores (TENÓRIO, *op. cit, p. 50*).

Segundo a autora, tal compreensão vem sendo substituída por uma visão *transigualitária* de complexidade, a partir da qual,

segundo Hayden (1995), esses grupos não seriam considerados nem igualitários nem estratificados, mas, sim, formados por sociedades de diferentes tamanhos e graus de complexidade, num contínuo de comunidades compostas por famílias independentes que controlariam os mecanismos de obtenção dos recursos. Nesse tipo de organização, segundo a autora, podem coexistir tanto trabalho cooperativo, como donos corporativistas dos recursos. Uma compreensão de sociedade que extrapola a categorização antropológica baseada em estágios.

Shallins (1979) e Service (1971) concordam que na costa noroeste americana são encontrados grupos caçadores-coletores que, mesmo sem agricultura, transcendem em muito o nível de bando. Murdock (1968) também informa sobre grupos que subsistem basicamente da pesca e têm uma cultura tão complexa quanto grupos agricultores vizinhos, citando, como exemplo, os índios da Costa Norte do Pacífico, os Calusa, na Flórida, e numerosas sociedades ao longo dos rios Negro e Congo, na África. Este autor também relata que, no norte da Ásia, os Ainu, os Chukchee marinhos, os Gilyak, os Kamchadal e os Koryac marinhos provavelmente também estejam na mesma categoria (TENÓRIO, op. cit, p. 51).

Dessa maneira, procurou-se um entendimento que visa à adequação dessa compreensão transigularitária ao conjunto de evidências materiais que compõe o registro arqueológico dos sambaquis. Entendimento esse que se apóia fundamentalmente na concepção dos povos dos sambaquis a partir das categorias sociológicas de comunidade e sociedade.

De um modo informal, os parâmetros que norteiam essa categorização já vêm sendo utilizados por alguns autores para contextualizar os conjuntos de sambaquis, enquanto artefatos, em uma perspectiva so-

ciológica dos povos que os construíram. Contudo, somente em alguns poucos trabalhos tal conceituação é aplicada com a intenção de entender os modos através dos quais os sambaquieiros se organizavam como grupos sociais.

Segundo Albuquerque (1999), o par comunidade-sociedade indica configurações sociais contrastantes (tais como arcaico e moderno, afetivo e racional, sagrado e secular), que, embora fizessem parte da tradição sociológica (sobretudo weberiana), só foram sistematizados no século XIX por Tönnies. Aqui, no entanto, ele é utilizado a partir de uma outra perspectiva, segundo a qual as noções de comunidades e sociedade não são mais vistas como conflitantes e integram-se de modo a englobar os dois principais tipos de relações sociais (primárias e secundárias) que, segundo a Sociologia, explicam as maneiras através das quais os grupos sociais se relacionam.

Tal perspectiva fundamenta-se, principalmente, no entendimento de que os indivíduos que compõem uma comunidade compartilham *um núcleo aglutinado de valores que lhes são comuns*, ao passo que nas sociedades, os membros devem aceitar um conjunto de normas que regula a relação entre eles (BUELA, 1987). Sob esse ponto de vista, os povos dos sambaquis poderiam ser vistos sob ambas as categorias. Quando abordados a partir de um conjunto regional de sítios, onde os indivíduos compartilham normas de convivência e conduta marcadas pela tradição, religião, consenso e respeito mútuo (contatos primários), podem ser entendidos no âmbito de uma comunidade.

O conceito de comunidade é empregado, no século XIX e XX, para todas as formas de relacionamento caracterizadas por intimidade, profundidade emocional, engajamento moral e continuidade no tempo. Para Durkheim (1960)

esse tipo de solidariedade é denominada mecânica, já que os indivíduos se ligam ao todo sem intermediário e participam de crenças coletivas idênticas. [...] A esse tipo de contato dá-se o nome de primário, nas classificações sociológicas (ALBUQUERQUE, 199, P. 51).

No entanto, quando vistos a partir de uma perspectiva mais ampla, onde mais do que as relações de parentesco, afetividade e informalidade, predominem relações impessoais, racionais, formais (contatos secundários), diferentes grupos sociais podem ser considerados como intrínsecos a uma sociedade. Sob essa perspectiva, tanto as diversas comunidades sambaqueiras regionais como os diferentes contextos sambaqueiros (e.g. fluviais, costeiros, marinhos, etc) poderiam ser estabelecidos como grupos sociais de uma única sociedade sambaqueira.

[...] os indivíduos [ou as comunidades] se ligariam às partes que compõe o todo coletivo e participam de crenças diferentes entre si. [...] No jargão sociológico esse tipo de conduta é chamado de secundário (ALBUQUERQUE, 1999, P. 51).

Nesse sentido, assim como identificado por Malinowski (1986, p. 56), embora as embarcações que participavam do *kula* fossem geralmente compostas por membros de cada comunidade, em determinadas situações, indivíduos de outras comunidades (do interior das ilhas eram ou de outros locais) ou de outras sociedades, integravam-se às expedições. Fato que evidencia não só a articulação entre diferentes grupos sociais de uma mesma região e de diferentes tipos de comunidades (costeiras, marítimas, litorâneas, etc), mas, principalmente, o papel do *kula* (e, conseqüentemente, da navegação) na relação e na integração dessas comunidades e da sociedade trobriandesa com seus vizinhos.

Há no circuito inteiro do kula um encadeamento de relações que naturalmente fazem dele um todo entrelaçado. Pessoas que vivem centenas de milhas uma das outras se relacionam através da parceria direta ou indireta, realizam trocas, passam a conhecer-se e, às vezes, se encontram em grandes reuniões intertribais. Os objetos dados por um nativo – não só os artigos do kula, mas também vários outros de uso doméstico e pequenos presentes – chegam, com o tempo, a parceiros indiretos muito distantes. É fácil observar que, no fim das contas, não só os objetos da cultura material, mas também costumes, canções, temas artísticos e influências culturais gerais também viajam ao longo das rotas do kula. O que se verifica, então, é um vasto encadeamento de relações intertribais numa grande instituição que incorpora milhares de pessoas, todas elas unidas por uma paixão comum pelas transações do kula e, em segundo plano, por muitos pequenos laços e interesses (MALINOWSKI, 1986, p. 78).

Assim, como o *kula* teve um papel fundamental de articulação e integração entre as diversas comunidades trobriandeses, favorecendo a disseminação e a manutenção desse sistema de regras, convenções e crenças, é preciso atentar para a possibilidade de que esse mesmo processo, fundamentado na prática navegação costeira, pudesse ter atuado como um elemento de ligação entre as diversas regiões litorâneas e ilhas costeiras ocupadas pelos sambaqueiros, interligando comunidades e fortalecendo os laços e as convenções que uniriam as comunidades marítimas, litorâneas e fluviais em uma única e hegemônica sociedade. Uma navegação praticada por comunidades que deveriam conceber o mar e os corpos d'água costeiras como muito mais do que um local de passagem e extração de recursos. Um ambiente percebido e apropriado,

ao qual era atribuída enorme importância e significado em consequência de seu poder de conexão entre populações aparentadas, isoladas por grandes distâncias de terra.

Referindo-se a uma questão semelhante, Meghan (1982, p. 40 *apud* TENÓRIO, 2003, p. 57) apresenta o caso de uma comunidade de pescadores, coletores, caçadores do norte da Austrália, os *Gidjingali*, que pode exemplificar o modo através do qual poderia ter se dado o contato entre as diversas comunidades dos povos dos sambaquis.

A comunidade *Gidjingali* engloba quatro subgrupos (os *Anbarra*, os *Matai*, os *Mara-wuraba* e os *Gullala*) que tem como base de sua alimentação a coleta de moluscos. Embora possuam a mesma filiação cultural, esses quatro subgrupos apresentam diferenças em sua cultura material, que, segundo Meghan (*op. cit.*, 40), estão relacionadas ao fato de habitarem ambientes distintos.

Os Gullala percorrem a costa de canoa, chegando ao mar alto; eles seriam, segundo o informante de Meghan, os soberanos do mar.

Os Matai tinham medo do mar aberto e gastavam mais tempo nas florestas, manguezais, terra preta e planícies lodosas; seriam o povo da floresta.

Os Anbarra se estabeleciam no estuário do rio, ambiente de muita fartura, vivendo com maior abundância de recursos; seriam também mais sedentários, dando grande importância à coleta de moluscos, valorizando o seu sabor e orgulhando-se de ter disponíveis algumas espécies que também utilizavam para presentear seus parentes do interior (TENÓRIO, 2003, p. 58)

Além de se visitarem constantemente, em determinadas épocas, os *Gidjingali* realizam cerimônias que concentram grande quantidade de pessoas acampadas. Nesses momentos, geralmente associados a cerimônias de iniciação, as atividades mortuá-

rias e a chegada de parentes, as atividades de coleta e preparação do alimento mudavam consideravelmente. Nessas ocasiões, enquanto os homens se ocupam dos rituais, a coleta passa a ser uma tarefa das mulheres (TENÓRIO, 2003, p. 58).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estabelecimento da abordagem marítima para o estudo dos povos dos sambaquis e de sua cultura material que se propõe neste artigo não tem a mínima pretensão de desconstruir nenhuma das diversas correntes teóricas e metodológicas que historicamente atuaram para a consolidação dos estudos dos sambaquis como uma das linhas de pesquisa mais importantes do Arqueologia brasileira. Muito pelo contrário, nosso principal propósito é apresentar novos argumentos, olhares e hipóteses que venham a ampliar a maneira como esses sítios são interpretados, colaborando para uma melhor compreensão de toda a gama de relações e práticas sociais, econômicas e simbólicas que caracterizam uma sociedade.

É verdade que para o estabelecimento dessas correlações marítimas utilizamos como apoio alguns referenciais etnográficos e abordagens desenvolvidas para sociedades modernas. No entanto, em sua maioria, tais analogias foram utilizadas apenas como fonte de inspiração para a formulação de novas hipóteses a respeito da organização e da cultura material produzida pelos povos construtores dos sambaquis. Além disso, a seleção e o estabelecimento desses referenciais não foram aleatórios. Procurou-se escolher sociedades que vivem um tipo de contexto ambiental e antropológico semelhante e evitar, ao máximo, a construção de analogias feitas de maneira mecânica e linear. Na medida do possível, as informações provenientes dessas outras sociedades foram utilizadas somente como

um referencial para a construção teórica do que teria sido uma sociedade marítima pré-histórica.

Ainda que muitas das reflexões aqui propostas tenham se originado a partir de perspectivas antropológicas e de referências etnográficas, na prática, esse novo olhar traz consigo a possibilidade de re-interpretações da própria cultura material. Com base no entendimento de que essas evidências, juntamente com outros elementos de cultura material presentes nos sambaquis (zoólitos, bacias polimento, etc), constituem um conjunto de dados que aponta para o estabelecimento de comunidades que desenvolveram práticas sócio-culturais intrinsecamente ligadas ao mar e aos significados a ele atribuídos, abre-se a possibilidade de que outros tipos de evidências arqueológicas normalmente encontradas em sambaquis passem também

a ser reinterpretadas sob essa nova ótica.

Nesse sentido, poderíamos, por exemplo, citar o caso das pontas duplas (em osso) que são tão comuns nos sambaquis. Artefatos que na Europa e na América do Norte são, desde o início das pesquisas com sítios costeiros, entendidas como anzóis. O interessante, neste caso, é refletirmos a respeito do porque nunca antes levantamos tal hipótese? Nessa mesma linha, podemos ainda citar o caso de alguns tipos de machados diferenciados (europeus) que, na realidade, eram enxós – um instrumento específico para a escavação de madeira, amplamente utilizado (desde a pré-história) para a fabricação de canoas (CALIPPO, 2004). Evidenciando, assim, que os sambaquieiros poderiam ter se especializado também no desenvolvimento de técnicas e instrumentos específicos à prática da pesca e à construção de canoas. *SB*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, J. 2002. Maritime Archaeology. In: Charles E. Orser, Jr (Ed.). *Encyclopedia of Historical Archaeology*. London: Routledge, p.528-530.
- ALBUQUERQUE, L. 1999. Comunidade e sociedade: conceito e utopia. *Raízes*, 20, p. 50-55.
- BATE, L. F. 1989. Notas sobre el materialismo histórico en el proceso de investigación arqueológica. *Boletín de Antropología Americana*, 19, p. 5-30.
- BAVA DE CAMARGO, P. 2006. Arqueologia de uma cidade portuária: teoria e método. Trabalho final da disciplina Ambiente Cultura e Sociedade (AS014). Programa de Doutorado em Ambiente e Sociedade do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM/IFCH/UNICAMP).
- BEATTIE, J. 1977. *Introdução à Antropologia Social: objetivos, métodos e realizações da antropologia social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 344p.
- BLOT, J-Y. 1999. O mar de Keith Muckelroy: o papel da teoria na arqueologia do mundo náutico. *Al-Madan, Almada, Centro de Arqueologia, série 2, n. 8, p. 41-55, out.*
- BUELA, A. 1987. *Aportes al Pensamiento Nacional. Cultura e Labor*. Buenos Aires.
- CALIPPO, F. 2010. *Sociedade Sambaquieira, Comunidades Marítimas*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 290 p, anexos.
- CAPASSO, L., KENNEDY, K. A. R., WILCZAK, C. A., 1999. *Atlas of Occupational Markers on Human Remains*. Teramo: Edigrafital S.P.A.
- CARVALHO, C. 2004. *Marcadores de estresse ocupacional em populações sambaquieiras no litoral fluminense*. 2004. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro.
- CHAPLIN J. M.; STEWART, I. A. 1998. The prevalence of exostoses in the external auditory meatus of surfers. *Clin Otolaryngol*, 23-24, p. 326-330.
- DE BLASIS, P., KNEIP, A., SCHEEL-YBERT, R., GIANNINI, P., GASPAS, M. 2007. *Sambaquis e Paisagem. Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil*. *Arqueologia Suramericana/Arqueologia Sul-Americana*, 5, p. 20-28.
- DELGADO, J. P. 1997. *Encyclopaedia of Underwater and Maritime Archaeology*. British Museum Press. London.
- DIEGUES, A. 1998. *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Editora Hucitec.
- DIEGUES, A. 2000. *Os ex-votos marítimos da sala de milagres da Basílica do Senhor Bom Jesus de Iguaçu*. São Paulo. In: Antonio Carlos Sant'Ana Diegues (Org.). *A imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, p. 157-207.
- DIEGUES, A. 2005. *Povos e Mares: Uma Retrospectiva de Socioantropologia Marítima in "A pesca construindo sociedades"*.
- DURAN, L. 2008. *Arqueologia Marítima de Um Bom Abrigo*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Etnologia e Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.358.
- DURKHEIM, E. 1960. *De la division du travail social*. Paris: Presses Universitaires de France.
- FONTENOY, P. 1998. *A Discussion of Maritime Archaeology*. In: BABITS, L., TILBURG, H. (Eds.). *Maritime Archaeology - A Reader of Substantive and Theoretical Contributions*. New York: Plenum Press (The Plenum Series in Underwater Archaeology).
- GEISTDOERFER, A. 1989. *Anthropologie maritime: appropriation technique, sociale et symbolique des ressources maritimes*. CNRS, Paris.
- GIBBINS, D. 1990. *Analytical approaches in maritime archaeology: a mediterranean Perspective*. *American Antiquity*, vol.64, p.376-89.
- HASSLÖF, O. 1972. *Ships and Shipyards, Sailors and Fishermen*. Copenhagen: Copenhagen University Press.
- HAWKEY, D. E. & MERBS, C. F. 1995. Activity-induced musculoskeletal stress markers (MSM) and subsistence strategy among ancient Hudson Bay Eskimos. *International Journal of Osteoarchaeology*, 5: 324-338.
- HAYDEN, B. 2001. *Fabulous feast a Prolegomenon to the importance of feasting in Feast archaeological and ethnographic perspectives on food, politics and power*. Washington and London: Smithsonian Institution Press.
- KENNDY, G. E. 1986. *The relationship between exostoses and cold water: a latitudinal analysis*. *Am J. Phys Anthropol*, 71-74, p. 401-415.
- LEVI-STRAUSS, C. 1962 [1955]. *Tristes Trópicos*. Lisboa: Martins Fontes. 272 p.
- LIMA, T. A. 1999/2000. *Em busca dos frutos do Mar: Os pescadores-coletores do litoral com o sul do Brasil*. *Revista da Universidade de São Paulo*, 44, p. 270-327.
- LIMA, T. & MAZZI, J. 1997. *Complejidad Emergente entre los Cazadores/Recolectores de la Costa Atlantica Meridional Sudamericana*. *Revista de Arqueologia Americana*, 17,18 e 19, p 129-176. Mexico.
- LUBY, E. & GRUBER, M. 1999. *The dead must be fed: The symbolic meaning of the shellmound of the San Francisco Bay area*. *Cambridge Archaeological Journal*, Cambridge, v. 9, p.105-108.
- MALINOWSKI, B. 1986. *Argonautas do Pacífico Ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. Ed. Abril Cultural. São Paulo. 428 p.
- MEGHAN, B. 1982. *Shell bed to shell midden*. Canberra: Australian National University.
- MENDONÇA DE SOUZA, A. 1995. *Povoamento pré-histórico do litoral do Rio de Janeiro: Repensando um modelo*. In: BELTRÃO, M. (ed.) *Arqueologia do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, p. 43-50.
- MUCKELROY, K. 1978. *Maritime Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press (New Studies in Archaeology).
- MURDOCK, G. P. 1968. *The current status of the world's hunting and gathering people*. In: LEE, R. & DEVORE, I. (Eds.). *Man the hunter*. Chicago: Aldine. p. 13-22,
- OKUMURA, M. M. M. 2005/2006. *Análise de exostose do meato auditivo externo como um marcador de atividade aquática em restos esqueléticos humanos da costa e do interior do Brasil*. *Revista do Museu de Arqueologia*, nº 15/16. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 181-189.
- PEIXOTO, M. V. 1989. *Avaliação radiológica do torus auditivus nos grupos formadores de Sambaquis do litoral meridional brasileiro: contribuição ao estudo dos*

traços não métricos em populações pré-históricas do Brasil. MSc thesis. Depto. de Anatomia Humana. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PINHEIRO, E., PEIXOTO, S. 2003. Sambaqui: status diferenciado entre os pescadores-coletores. Resumos do XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB, São Paulo, p. 177.

RAMBELLI, G. 2005. Arqueologia subaquática do Baixo Vale do Ribeira, SP. 2005 259 p. Tese (Doutorado em arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo,

READ, J. 1996. The Indian Ocean in Antiquity, London: New York,

ROUSE, I. 1968. Prehistory typology and the study of society. In: CHANG, K.C. Settlement archaeology. Palo Alto: Yale University, National Press Books, 229 p.

SCHELL-YBERT, R.; EGGERS, S.; WESOLOWSKI, V.; PETRONILHO, C. C.; BOYADJIAN, C. H.; DE BLASIS, P. A. D.; BARBOSA-GUIMARÃES, M.; GASPAR, M. D. 2003. Novas perspectives na reconstituição do modo

de vida dos sambaquieiros: uma abordagem multidisciplinar. Revista de Arqueologia. Sociedade de Arqueologia Brasileira, São Paulo, v. 16, p. 109-137.

SHALLINS, M. 1979. Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro: Zahar.

SHANKS, M., HODDER, I. 1995. Processual, post-processual and interpretative archaeologies. Interpreting Archaeology.

STADEN, V. G; ARRIAZA, B. T; SANTORO, C. M. 1997. External auditory exostosis in prehistoric chilean populaions: a test of the cold water hypothesis. Am J Phs Anthrop, 103, p. 119-120.

TENÓRIO, M. C. 2003. O Lugar dos Aventureiros: identidade, dinâmica de ocupação e sistema de trocas no litoral do Rio de Janeiro há 5500 anos antes do presente. Tese (Doutorado em Arqueologia). Faculdade de Filosofias e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 536 p.

WHITING, W.C. & ZERNICKE, R. F. 2001. Biomecânica da Lesão Musculoesquelética. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
